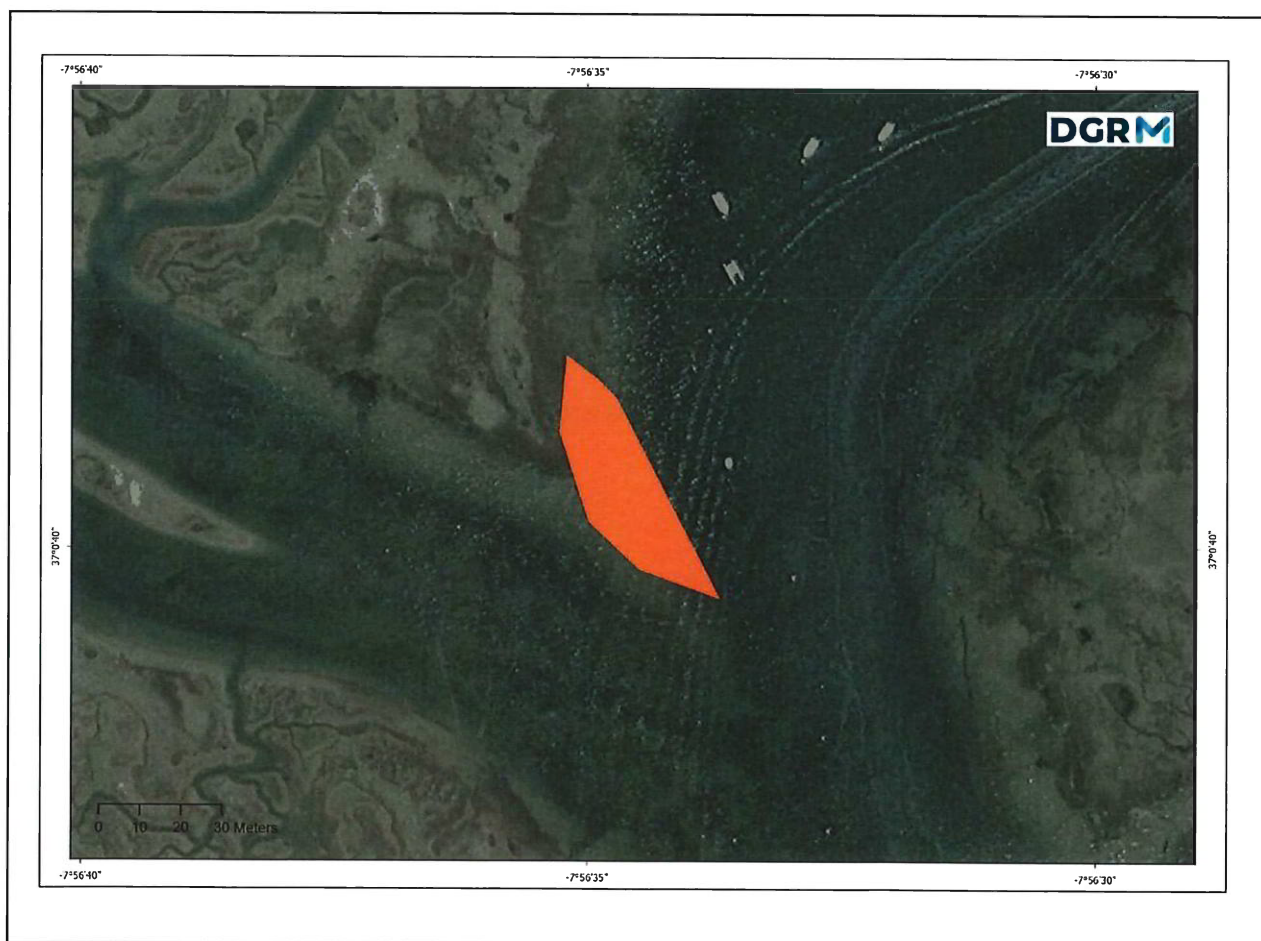


EDITAL**PT2026ITAA005117303**

Nos termos do disposto do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua atual redação, torna-se público que **RAFAEL MARTINS VITORINO COELHO**, com o número de identificação de fiscal **271 987 545**, requereu, ao abrigo do artigo.17º do mencionado diploma, um Título de Atividade Aquícola (TAA), relativo a um estabelecimento de culturas em águas marinhas denominado “**PNRF 894**”, destinado ao crescimento e engorda de Amêijoas-boas - *Ruditapes decussatus* - com uma área de **903 m²**, localizado no Parque Natural da Ria Formosa, concelho de Faro, sob a jurisdição marítima da Capitania do Porto de Faro, conforme as coordenadas e imagem seguinte.



Coordenadas Geográficas (WGS 84)						
Vértice	Latitude			Longitude		
N.º	Graus	Minutos	Segundos	Graus	Minutos	Segundos
1	N 37 °	0 '	39,60 ''	W 7 °	56 '	33,71 ''
2	N 37 °	0 '	39,83 ''	W 7 °	56 '	34,49 ''
3	N 37 °	0 '	40,20 ''	W 7 °	56 '	34,99 ''
4	N 37 °	0 '	40,91 ''	W 7 °	56 '	35,28 ''
5	N 37 °	0 '	41,50 ''	W 7 °	56 '	35,20 ''
6	N 37 °	0 '	41,32 ''	W 7 °	56 '	34,90 ''
7	N 37 °	0 '	41,17 ''	W 7 °	56 '	34,72 ''

Nos termos do n.º 15 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua atual redação, o TAA é atribuído pelo prazo máximo de 25 anos, podendo a entidade coordenadora fixar um prazo inferior, e caso haja rejeição de águas residuais em domínio hídrico, o TAA é válido pelo prazo máximo de 10 anos, nos termos do n.º 16 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei.

A renovação do TAA, só é possível, uma única vez, por um igual período, mediante pedido fundamentado à entidade coordenadora, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril.

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, determina-se a abertura da consulta pública, entre **20 de agosto e 10 de setembro de 2026**, convidando-se todos os interessados para, querendo, requerer para si, a atribuição do TAA com o objeto e a finalidade ora publicados ou apresentar objeções à atribuição do mesmo, junto da DGRM - Av. ª Brasília, 1449-030 Lisboa, telefone 213035700, email: mail.da@dgrm.pt

A apresentação de pedidos idênticos determina a abertura de procedimento concursal entre os interessados, conforme dispõe o n.º 12 do referido artigo 13.º.

Lisboa, 17 de agosto de 2026

 O Diretor-Geral,

(António Coelho Cândido)



Isabel Ventura
Subdiretora-Geral